

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

Recebemos da CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, cópia do Edital de **Pregão Eletrônico nº05/08** referente à contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de locação de veículos com motorista e serviços de motoristas para a Sede da CVM no Rio de Janeiro e para a Superintendência Regional da CVM em Brasília.

EMPRESA _____

CNPJ _____

NOME DO RESPONSÁVEL _____

ENDEREÇO _____

TELEFONE _____

FAX _____

E-MAIL _____

NOME _____

ASSINATURA _____

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

OBS.: Os campos acima devem ser preenchidos em letra de forma. É indispensável o preenchimento do CNPJ.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-2935
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/08

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de veículo com motorista e serviços de motorista para a Sede da CVM no Rio de Janeiro e para a Superintendência Regional da CVM em Brasília.

ÁREA RESPONSÁVEL: Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) / Gerência de Compras e de Serviços Gerais (GAG).

TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL POR ITEM.**

HORÁRIO: (de Brasília)

➤ **Encaminhamento da proposta de preços e anexos: até às 11:00 horas do dia 29/05/2008.**

➤ **Abertura da sessão: a partir das 11:00 horas do dia 29/05/2008.**

LOCAL: <http://www.comprasnet.gov.br>

REGULAMENTAÇÃO BÁSICA: Lei 10.520, de 17/07/02; Instrução Normativa nº 05 do MARE, de 21.07.95, e suas alterações posteriores; Instrução Normativa nº 18 do MARE, de 22.09.97; Decreto nº 3.722, de 09.01.2001; Decreto nº 5.450 de 31.05.2005; Decreto nº 3.555/2000, de 08/08/2000; Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores (subsidiariamente).

E D I T A L

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria CVM/PTE/nº 144, de 04/12/07**, realizarão, no dia, horário e local acima indicados, o **Pregão Eletrônico nº 05/08**, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, disposto a seguir:

- a) ANEXO I - Minuta de Contrato;
- b) ANEXO II - Modelo para apresentação de proposta e planilha de formação de preços;
- c) ANEXO III – Declaração consoante o inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal/1988 e o inciso XVIII do art 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- d) ANEXO IV - Termo de Vistoria;
- e) ANEXO V - Projeto Básico (Termo de Referência);

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículo com motorista e de serviços de motorista para a sede da CVM no Rio de Janeiro para a Superintendência Regional da CVM em Brasília, conforme especificações e quantidades constantes do Projeto Básico (Termo de Referência -anexo V) e dos subitens a seguir, que deverão ser rigorosamente obedecidos.
 - 1.1.1- ITEM 01- Prestação de serviços de motorista à disposição da sede da CVM-RJ, para transporte de servidores utilizando veículo de propriedade da CVM.
 - 1.1.2- ITEM 02- Prestação de serviços de locação de veículo com 2 (dois) motoristas para a Sede da CVM no Rio de Janeiro.
 - 1.1.3- ITEM 02- Prestação de serviços de motorista executivo à disposição da Superintendência Regional da CVM em Brasília, utilizando veículo executivo para transporte de servidores.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1- As empresas contratadas deverão iniciar a prestação dos serviços objeto deste edital descritos nos subitens 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 a partir do dia 01/06/2008.
- 2.3- As especificações dos serviços estão descritas no projeto básico (termo de referência - anexo V) parte integrante deste edital
- 2.4- Nas faltas e/ou afastamentos de qualquer natureza do empregado ao serviço, ficará a contratada obrigada a providenciar, de imediato, a sua substituição, sem qualquer ônus adicional para a CVM.
 - 2.4.1- Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei 8.666/93.
- 2.4- O empregado que estiver designado para os serviços de que trata este Edital terá vínculo empregatício, exclusivamente, com a Contratada, que será também, a única responsável pelo pagamento de seu empregado e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

3. DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do certame as pessoas jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado; devidamente identificadas pela sua chave de identificação e da senha de acesso privativa, conforme normas do provedor do sistema eletrônico.
- 3.2. Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua

proposta está em conformidade com as exigências do Edital (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).

3.3. Estarão impedidas de participar da presente licitação:

- a - A licitante cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que estejam em gozo de benefício da concordata ou que tenham requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005;
- b - A licitante que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
- c - A licitante que tenha prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;
- d - A empresa constituída em forma de consórcio;
- e - A licitante da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM;
- f - A licitante que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar;
- g - Cooperativas.

3.4. O C.N.P.J. apresentado pela licitante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a receber a Nota de Empenho e da assinatura do Contrato, a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondentes à aquisição e aos serviços, bem como alvo da liquidação da despesa.

3.5. A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos (art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

3.6. Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão eletrônico, em tempo real, por meio do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

4.2. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado, com habilitação parcial, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).

4.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora

da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1. A licitante deverá encaminhar sua proposta, após a divulgação do edital no sítio www.comprasnet.gov.br, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21º, do Decreto nº 5.450/05);
- 5.2. O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante (Art. 21º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;
- 5.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 3º, § 5º, Decreto nº 5.450/05).
- 5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso V, Decreto nº 5.450).
- 5.6. A licitante vencedora deverá apresentar, após a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, no prazo determinado pelo pregoeiro, sua proposta de preços por escrito, na forma do **ANEXO II**. Suas folhas devem ser rubricadas e numeradas, e a última datada e assinada pelo seu representante legal, devendo constar:
 - 5.6.1 Nome do proponente, endereço, número de telefone e/ou fax, CEP, suas características, identificação (individual ou social), aposição do carimbo padronizado do CNPJ da empresa e a inscrição Estadual e/ou Municipal ou do Distrito Federal, substituível pelo papel timbrado, com estas informações;
 - 5.6.2 Planilha de Formação de Preços, devidamente preenchida, contendo os preços mensais dos serviços detalhando todos os elementos que influenciem no seu custo total, conforme planilhas modelo contidas no **Anexo II** deste Edital;
 - 5.6.3 Os preços mensais dos serviços deverão consignar, obrigatoriamente, detalhamento dos elementos que formam o seu preço final, valor unitário e total, obrigatoriamente na forma do estabelecido no **Anexo II**, destacando-se os adicionais legais e cabíveis. Os encargos sociais e trabalhistas deverão ser especificados com seus respectivos percentuais e valor total, conforme o anexo fornecido;
 - 5.6.4 O valor da proposta, limitado a 2 casas decimais, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;
 - 5.6.5 Conter o prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias corridos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (Art. 27, § 4º do Decreto nº 5.450/05);
 - 5.6.6 Conter o nome do banco com o qual a licitante opera, o número e nome da agência e

respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.;

- 5.6.7 Conter o **último preço oferecido** relativo ao objeto licitado, incluindo todas as despesas legais ou adicionais, previstas neste Edital e seus Anexos, em reais (em algarismo e por extenso).
- 5.6.8 Os salários dos empregados designados à prestação dos serviços deverão obedecer ao piso estabelecido na convenção coletiva do Sindicato dos Condutores de Veículos do Rio de Janeiro.
- 5.7- Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear quaisquer alterações dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou de qualquer outro pretexto;
- 5.8- Não serão consideradas propostas com alternativas, as licitantes devem se limitar às especificações deste Edital.
- 5.9- Os valores estimados para a contratação constam do Projeto Básico (Termo de Referência - **ANEXO V**).
- 5.10- Na hipótese de se verificar incoerência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o mais vantajoso para a CVM; entre o valor por extenso e o numérico, prevalecerá o por extenso;
- 5.11- A simples participação neste certame implica:
- 5.11.1 A aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão Eletrônico;
 - 5.11.2 A inclusão na proposta das parcelas de quaisquer naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço dos serviços, exceto os tributos vigentes, os quais poderão ser informados separadamente;
 - 5.11.3 Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data estipulada para sua entrega, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.
- 5.12 Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
- 5.13 Até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico pregoeiro@cvm.gov.br.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1- A partir da data e horário previsto no edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas (art. 22, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.2- O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital (Art. 22, §2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 6.3- Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances (**VALOR GLOBAL ANUAL POR ITEM**) exclusivamente por meio de sistema eletrônico;
- 6.4- No que se refere aos lances, as licitantes serão imediatamente informadas do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (Art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).

- 6.5- As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital (Art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.6- As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema (Art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.7- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (Art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.8- Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance (Art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.9- No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (Art. 24, § 10º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.10- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no sítio www.comprasnet.gov.br (Art. 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.11- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (Art. 24, § 6º, do Decreto 5.450/05).
- 6.12- O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 7º, do Decreto 5.450/05).
- 6.13- Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtida proposta melhor, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05).

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1- Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação e verificada a habilitação do licitante conforme disposições do edital (Art. 25, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.2- Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito (art. 4º, inciso XI da Lei nº10.520, de 17/07/2002).
- 7.3- Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL POR ITEM**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 7.4- Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua

aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame (art. 4º, XVI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 25, § 5º do Decreto nº 5.450/05).

- 7.5- A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da sessão pública (Art. 30, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1- Sendo aceitável a proposta de menor preço global por item, a respectiva licitante deverá comprovar, desde logo, que cumpre todas as exigências de habilitação exigidas neste Edital, podendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação através do **Fax (21) 3233-8475**, com o posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo definido pelo pregoeiro (Art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 5.450/05).

- 8.2- As licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:

- I- Possuir registro **cadastral atualizado e habilitado parcialmente** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. A regularidade da documentação é verificada automaticamente no sistema. No caso da impossibilidade de consulta ao SICAF, e/ou aos sítios oficiais da Fazenda Nacional, Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; o pregoeiro poderá solicitar o envio, através do **Fax (21) 3233-8475**, de documentos que comprovem a regularidade fiscal.
- II- Apresentar declaração de que a licitante cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme modelo (**ANEXO III**) fornecido pela CVM (art. 14, inciso VI, do Decreto nº 5.450/05). Tal declaração poderá ser enviada através do **Fax (21) 3233-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo definido pelo pregoeiro.
- III- Original ou cópia autenticada de 01 (um) atestado de desempenho, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante prestou ou está prestando, sem qualquer restrição, serviços de natureza semelhante aos ora licitados, devidamente registrado no Conselho da Classe, (atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – art. 30, II da Lei nº 8.666/93). O atestado deverá conter além do nome da atestante, seu endereço e telefone. O atestado poderá ser enviado através do fax nº (21) 3233-8475, com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo definido pelo pregoeiro.
- IV- Original ou cópia autenticada de Termo de Vistoria devidamente preenchido e com assinatura de servidor da CVM lotado na Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações a serem

assumidas . O Termo poderá ser enviado através do fax nº (21) 3233-8475, com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo definido pelo pregoeiro;

- V- Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos mencionados neste capítulo, nem cópias ilegíveis, mesmo que autenticadas.
- 8.3- Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante, será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (Art. 25, § 9º do Decreto nº 5.450/05).
- 8.4- A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação pertinente (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

Observação: A visita ao local de execução dos serviços poderá ser efetuada de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido entre as 09h00min e as 12h00min até o último dia útil anterior ao certame, com marcação do horário através do telefone (21) 3233-8331 (Sr. Raphael) para prestação de serviços no Rio de Janeiro e (61) 3327-2055 (Sra. Cristiane) para a prestação dos serviços em Brasília.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 9.1- Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço pregoeiro@cvm.gov.br (Art. 19 do Decreto nº 5.450/05).
- 9.2- Até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (Art. 18, caput, do Decreto nº 5.450/05). A impugnação deverá ser protocolada **na Gerência de Compras e Serviços Gerais (GAG) da CVM, localizada à Rua Sete de Setembro, 111, 28º andar, CEP 20159-900 - Centro, Rio de Janeiro – RJ.**
- 9.3- Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, § 1º do Decreto nº 5.450/05).
- 9.4- Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

10. DO RECURSO

- 10.1- A manifestação de interpor recurso, por item, será feita após a declaração do vencedor, durante a sessão pública, exclusivamente pelo sistema.
 - 10.1.1-As razões recursais deverão ser apresentadas exclusivamente pelo sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, devendo ser dirigidas ao Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM (art. 26, caput, do Decreto nº 5450/05).

- 10.1.2-A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor (Art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.2- As demais licitantes poderão apresentar contra-razões recursais na mesma forma do subitem 10.1.1 acima, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente (Art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.3- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art. 4º, XIX da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c Art. 26, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 10.4- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação (Art. 4º, XXI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c Art. 27 do Decreto nº 5.450/05).
- 10.5- É assegurada às licitantes vista imediata aos autos do processo do presente Pregão Eletrônico, tendo em vista subsidiar a preparação das razões e contra-razões recursais.
- 10.6- Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contra-razões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal, bem como as encaminhadas por Fax.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1- O pagamento será efetuado mensalmente, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após apresentação da respectiva fatura, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a CONTRATADA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Edital.
- 11.2- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores).
- 11.3- A fatura não apresentada corretamente será devolvida à CONTRATADA para acerto. Nesta situação, o prazo estabelecido no subitem 11.1 acima, passará a ser contado da data de recebimento da fatura devidamente regularizada.
- 11.4- O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do subitem 8.8 da I.N. MARE Nº 05/95.
- 11.5- As faturas para pagamento deverão, ainda, vir acompanhadas dos seguintes documentos:
- GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social) correspondente aos funcionários, autenticada pela autoridade competente, comprovando o respectivo recolhimento;
 - Comprovante de pagamento dos salários do mês anterior (folha de pagamento), autenticado em cartório competente;

- Relação de frequência dos funcionários (folha de ponto), com relação dos faltosos;
- Comprovante de pagamento dos auxílios alimentação e transporte, autenticado em cartório competente.

11.6- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM=I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

12. DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1- As despesas correrão à conta das Natureza de Despesa 339037 e 339039 - Programa de Trabalho 04.122.0778.2272.0001.

13. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

13.1- Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou da data da última repactuação (subitem 7.1 da I.N. MARE nº 18/97).

13.2- A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de custos e formação de preços apresentada pela CONTRATADA quando da licitação (subitem 7.3 da I.N. MARE nº 18/97).

14. DO CONTRATO

14.1- O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo e emissão de nota de empenho, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da lei nº 8.666/93.

14.2- Independente de transcrição, farão parte do Contrato a ser celebrado:

- a) A proposta da licitante vencedora e seus respectivos anexos;

- b) O presente Edital e seus anexos;
- c) A Nota de Empenho correspondente.

14.3- A ADJUDICATÁRIA deverá assinar o contrato em 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo aviso. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela CVM (Art. 64, *caput* e § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

14.4- Decorridos 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, sem convocação para a retirada da respectiva nota de empenho, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (Art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

14.5- Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observada a possibilidade de negociação (art. 27, § 3º do Decreto nº 5450/05).

14.6- Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais (art.28, *caput*, do Decreto nº 5450/05).

14.7- Conforme **ANEXO I**, será firmado contrato com a licitante vencedora.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1- A CONTRATADA se obriga a:

- a) Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);
- c) Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;

- d) Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG);
- e) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, e durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93).
- f) Realizar os serviços para os quais foi contratada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- g) Selecionar o pessoal necessário à execução dos serviços, observando as exigências legais para o exercício da profissão;
- h) Efetuar, sempre que exigido pela CVM, o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços;
- i) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados por seus empregados, à CVM ou a terceiros;
- j) Comunicar à CVM o nome e endereço dos empregados que trabalharão junto a esta Autarquia;
- k) Os empregados selecionados pelas contratadas deverão atender todos os requisitos exigidos no Projeto Básico (Termo de Referência - anexo V), integrante deste edital. Caso a pessoa apresentada pela contratada, ao início da contratação não preencha todas as exigências dispostas no edital, a critério da CVM, poderá a CVM rescindir o contrato, uma vez que a CVM não pode arcar com a descontinuidade ou paralisação de determinado serviço.
- l) O profissional designado para a prestação dos serviços terá vínculo empregatício única e exclusivamente com a Contratada, que será também a responsável pelo pagamento de salários e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor;
- m) As pessoas selecionadas poderão ser recusadas pela CVM, caso não preencham, a critério da CVM, os requisitos necessários à prestação dos serviços de maneira satisfatória;
- n) observar as normas de segurança vigentes nas dependências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

- o) responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CVM;
- p) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, inclusive de trânsito, desde que praticada por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CVM;
- q) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles;
- r) indicar representante pertencente aos quadros da CONTRATADA para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;
- s) Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei nº 8.666/93;
- t) Apresentar na contratação cópia dos atestados de saúde ocupacional dos empregados que prestarão serviços à CVM, expedidos por médico do trabalho;
- u) Responsabilizar-se pela limpeza interna e externa do veículo;

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CVM

- 16.1- A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas do Contrato.

17. DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1- Com relação ao item 1, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo servidor Raphael Iorio Filho, denominado doravante FISCAL, sendo o Gerente de Compras e de Serviços Gerais designado FISCAL SUBSTITUTO; com relação ao item 2, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pela servidora Toninai Ywasaki Yamada, sendo a servidora Maria Cristina Nogueira designada FISCAL SUBSTITUTA e com relação ao item 3, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo Coordenador Regional de Brasília, sendo seu substituto eventual designado FISCAL SUBSTITUTO, em caso de afastamento dos FISCALIS, devidamente credenciados pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dará ciência à CVM, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.
- 17.2- O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou

reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

- 17.3- A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93).

18. DAS PENALIDADES

- 18.1- Na hipótese da licitante vencedora desistir expressamente desta licitação, ou não assinar o Contrato no prazo previsto neste Edital, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da sua proposta (art. 64 da Lei nº 8.666/93).
- 18.2- Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
- a) Advertência;
 - b) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 18.3- As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 18.4- O não cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato acarretará à Contratada, independentemente das sanções previstas no item 18.2, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93).
- 18.5- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, §1º da Lei nº 8.666/93).
- 18.6- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.
- 18.7- A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar declaração falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de 5

(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

19. DA RESCISÃO

19.1- A inexecução parcial ou total do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

19.1.1- A rescisão do Contrato poderá ser:

- I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incs. I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou
- III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

19.2- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

20. DO DIREITO DE PETIÇÃO

20.1- Dos atos da Administração cabem:

I. Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:

- a. anulação ou revogação da licitação;
- b. rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93.
- c. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

20.2- A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a" e "b" acima, excluídos os relativos à advertência e multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º Lei 10.520, de 17/07/02).

20.3- A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

20.4- Os recursos deverão ser entregues, contra recibo, **na Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG), localizada na Rua Sete de Setembro nº 111, 28º andar, no Centro – Rio de Janeiro – RJ**, devendo ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato (art. 109, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

- 20.5- Interposto o recurso, a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informada, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (art.109, § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 20.6- Interposto o recurso por uma das licitantes, o fato será comunicado às demais que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência (art. 109,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1- A relação da CONTRATADA com a CVM restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.
- 21.2- A CVM poderá, a seu critério exclusivo, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado desde que não ultrapasse a 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 21.3- O Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (art. 29 do Decreto nº 5450/05).
- 21.4- Caso constatada ilegalidade no procedimento, o Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato (art. 29 § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 21.5- No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 49,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.6- O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.7- É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório (art. 43,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

- 21.8- Na apresentação das propostas, simples omissão ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração.
- 21.9- A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.
- 21.10- Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (art. 110 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.11- Havendo indícios de conluio entre as licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis.
- 21.12- Para dirimir as questões decorrentes do Contrato resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93).
- 21.13- Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.

Rio de Janeiro, de de 2008.

NOÉ LOUREIRO MADUREIRA
GERENTE DE COMPRAS E DE SERVIÇOS GERAIS

ANEXO I

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-2935

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/08

CONTRATO Nº /08

**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE MOTORISTA
QUE ENTRE SI FAZEM A CVM - COMISSÃO DE
VALORES MOBILIÁRIOS E**

.....

A **CVM - Comissão de Valores Mobiliários**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede na Rua Sete de Setembro, 111 - 28º andar - Centro - Rio de Janeiro (CEP: 20.159-900), inscrita no CNPJ sob o nº 29.507.878/0001-08, neste ato representada, com base na delegação de competência conferida pela Portaria/CVM/PTE/nº 118, de 15 de dezembro de 1992, pelo Superintendente Administrativo-Financeiro, Sr. Hamilton Leal Braz, doravante denominada **CVM**, e, estabelecida à, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo, têm justo e acordado o presente contrato, o qual se regerá pela Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelas Instruções Normativas do MARE nº 05/95 e 18/97, e pelas cláusulas e condições a seguir especificadas e do qual ficam fazendo parte para todos os efeitos de direito, como se aqui transcritos fossem, os seguintes documentos:

- a) Processo de Compras nº RJ-2008-2935 – Edital de Pregão nº 05/08 e seus Anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA, emitida em
- a) Nota de Empenho – 2007NE.....

Cláusula Primeira - DO OBJETO

- 1.1- O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículo com motorista e serviço de motorista para a sede da CVM no Rio de Janeiro e para a Superintendência Regional da CVM em Brasília, conforme especificações e quantidades constantes do Projeto Básico (Termo de Referência - anexo V) e dos subitens a seguir, que deverão ser rigorosamente obedecidos.

- 1.1.1- Prestação de serviços de motorista à disposição da sede da CVM-RJ, para transporte de servidores utilizando veículo de propriedade da CVM.
- 1.1.2- Prestação de serviços de locação de veículo com 2 (dois) motoristas para a Sede da CVM no Rio de Janeiro.
- 1.1.3- Prestação de serviços de motorista executivo à disposição da Superintendência Regional da CVM em Brasília, utilizando veículo executivo para transporte de servidores.

Cláusula Segunda – DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 2.1- As empresas contratadas deverão iniciar a prestação dos serviços objeto deste edital descritos nos subitens 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 a partir do dia 01/06/2008.
- 2.3- As especificações dos serviços estão descritas no projeto básico (termo de referência - anexo V) parte integrante deste contrato.
- 2.4- Nas faltas e/ou afastamentos de qualquer natureza do empregado ao serviço, ficará a contratada obrigada a providenciar, de imediato, a sua substituição, sem qualquer ônus adicional para a CVM.
 - 2.4.1- Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei 8.666/93.
- 2.4- O empregado que estiver designado para os serviços de que trata este Edital terá vínculo empregatício, exclusivamente, com a Contratada, que será também, a única responsável pelo pagamento de seus empregados e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

- 3.1 - A CVM pagará mensalmente à contratada o valor de R\$ (.....).

Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO E DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

- 4.1- O pagamento será efetuado mensalmente, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após apresentação da respectiva fatura, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a CONTRATADA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Contrato.
- 4.2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores).

- 4.3 - A fatura não apresentada corretamente será devolvida à CONTRATADA para acerto. Nesta situação, o prazo estabelecido no subitem 4.1 acima, passará a ser contado da data de recebimento da fatura devidamente regularizada.
- 4.4 - O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do subitem 8.8 da I.N. MARE N° 05/95.
- 4.5 - As faturas para pagamento deverão, ainda, vir acompanhadas dos seguintes documentos:
- GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social) correspondente aos funcionários, autenticada pela autoridade competente, comprovando o respectivo recolhimento;
 - comprovante de pagamento dos salários do mês anterior (folha de pagamento), autenticado em cartório competente;
 - Relação de frequência dos funcionários (folha de ponto), com relação dos faltosos;
 - Comprovante de pagamento dos auxílios alimentação e transporte, autenticado em cartório competente.
- 4.6 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM=I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0,00016438$$

- 4.7 - Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou da data da última repactuação (subitem 7.1 da I.N. MARE n° 18/97).
- 4.8 - A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de custos e formação de preços apresentada pela CONTRATADA quando da licitação (subitem 7.3 da I.N. MARE n° 18/97).

Cláusula Quinta - DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1- As despesas correrão à conta das Naturezas de Despesa 339037 e 339039 – Programa de Trabalho 04.122.0778.2272.0001, Nota de Empenho nº 200XNEXXXXXX.

Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1- A CONTRATADA se obriga a, além das responsabilidades resultantes da Lei 8.666/93:
- a) Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
 - b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);
 - c) Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
 - d) Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG);
 - e) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, e durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93).
 - f) Realizar os serviços para os quais foi contratada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
 - g) Selecionar o pessoal necessário à execução dos serviços, observando as exigências legais para o exercício da profissão;
 - h) Efetuar, sempre que exigido pela CVM, o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços;
 - i) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados por seus empregados, à CVM ou a terceiros;

- j) Comunicar à CVM o nome e endereço dos empregados que trabalharão junto a esta Autarquia;
- k) Os empregados selecionados pelas contratadas deverão atender todos os requisitos exigidos no Projeto Básico (Termo de Referência - Anexo V), parte integrante deste contrato. Caso a pessoa apresentada pela contratada, ao início da contratação não preencha todas as exigências dispostas no contrato, a critério da CVM, poderá a CVM rescindir o contrato, uma vez que a CVM não pode arcar com a descontinuidade ou paralisação de determinado serviço;
- l) O profissional designado para a prestação dos serviços terá vínculo empregatício única e exclusivamente com a Contratada, que será também a responsável pelo pagamento de salários e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor;
- m) As pessoas selecionadas poderão ser recusadas pela CVM, caso não preencham, a critério da CVM, os requisitos necessários à prestação dos serviços de maneira satisfatória;
- n) observar as normas de segurança vigentes nas dependências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- o) responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CVM;
- p) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, inclusive de trânsito, desde que praticada por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CVM;
- q) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles;
- r) indicar representante pertencente aos quadros da CONTRATADA para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;
- s) Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei nº 8.666/93;
- t) Apresentar na contratação cópia dos atestados de saúde ocupacional dos empregados que prestarão serviço na CVM, expedidos por médico do trabalho;
- u) Responsabilizar-se pela limpeza interna e externa do veículo;

Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DA CVM

- 7.1- A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas deste Contrato.

Cláusula Oitava - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Com relação ao item 1, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo servidor Raphael Iorio Filho, denominado doravante FISCAL, sendo o Gerente de Compras e de Serviços Gerais designado FISCAL SUBSTITUTO; com relação ao item 2, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pela servidora Toninai Ywasaki Yamada, sendo a servidora Maria Cristina Nogueira designada FISCAL SUBSTITUTA e com relação ao item 3, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo Coordenador Regional de Brasília, sendo seu substituto eventual designado FISCAL SUBSTITUTO, em caso de afastamento dos FISCAIS, devidamente credenciados pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dará ciência à CVM, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

8.2 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

8.3 - A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93).

Cláusula Nona - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1- O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo e emissão de nota de empenho, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima - DAS PENALIDADES

10.1- Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

- a) advertência;

- b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.1.1- As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.2 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato acarretará à Contratada, independentemente das sanções previstas no item 9.1, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93).

10.2.1- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, §1º da Lei nº 8.666/93).

10.3- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.

Cláusula Décima primeira – DA RESCISÃO

11.1- A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2- A rescisão do Contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou

III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

11.3- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

Cláusula Décima segunda - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1 - É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- b) ceder ou transferir a terceiros o Contrato e os direitos e obrigações dele decorrentes, salvo com prévia anuência da CVM;
- c) interromper unilateralmente o serviço sob alegação de inadimplemento por parte da CVM;
- d) publicar quaisquer relatórios, entrevistas, detalhes ou informações sobre este Contrato, bem como seu andamento, sem o prévio consentimento da CVM.

12.2 - A relação da CONTRATADA com a CVM restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica, isto é, os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CVM, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

12.3- Para dirimir as questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outro a que, porventura, tenham ou possam vir a ter direito, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93).

12.4- Os casos omissos serão decididos pela Gerência de Compras e de Serviços Gerais, à luz da legislação vigente, ouvida a Procuradoria Jurídica da CVM.

E, por estarem de comum acordo com todas as Cláusulas, firmam o presente instrumento contratual, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Rio de Janeiro, de de 2008.

Hamilton Leal Braz
Superintendente Administrativo-Financeiro

Pela Contratada

ANEXO II

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-2935 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/08

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Rio de Janeiro,.....de.....de 2008

À
Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente ao **PREGÃO Nº 05/08**, cujo objeto é a contratação da pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de motorista para a Sede da CVM, no Rio de Janeiro.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE:

FAX:

NOME DO BANCO:

Nº DO BANCO:

NOME DA AGÊNCIA:

Nº DA AGÊNCIA

CONTA CORRENTE Nº

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **PREGÃO nº 05/08**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte. Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ

Assinatura

NOME :

CARGO:

RG :

C.P.F.:

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS
DE MOTORISTA**

Processo de Compras nºRJ-2008-2935

Pregão eletrônico Nº05/08

II-TIPO DE MÃO-DE-OBRA:

Prestação de serviços de Motorista

II – MÃO-DE-OBRA

REMUNERAÇÃO*

01 – Salário do motorista		R\$
02 – adicionais (periculosidade/insalubridade)%	R\$
03 – outros (especificar)%	R\$

- A inclusão destes itens na composição da Remuneração dependerá das peculiaridades do respectivo acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho e do disposto no subitem 4.7 da IN 18/97.

VALOR DA REMUNERAÇÃO: R\$

VALOR DA RESERVA TÉCNICA: R\$

(até 6%, incidentes sobre o valor da remuneração.)

III – ENCARGOS SOCIAIS: incidentes sobre o valor da Remuneração + valor da Reserva Técnica

Grupo “A”

01 – INSS	(.....%)	R\$
02 – SESI ou SESC	(.....%)	R\$
03 – SENAI ou SENAC	(.....%)	R\$

04 – INCRA	(.....%)	R\$	
05 – salário educação	(.....%)	R\$	
06 – FGTS	(.....%)	R\$	
07 – seguro acidente do trabalho/SAT/INSS	(.....%)	R\$	
08 – SEBRAE	(.....%)	R\$	
			Grupo “B”
09 – férias	(.....%)	R\$	
10 – auxílio doença	(.....%)	R\$	
11 – licença paternidade/maternidade	(.....%)	R\$	
12 – faltas legais	(.....%)	R\$	
13 – acidente de trabalho	(.....%)	R\$	
14 – aviso prévio	(.....%)	R\$	
15 – 13º salário	(.....%)	R\$	
			Grupo “C”
16 – aviso prévio indenizado	(.....%)	R\$	
17 – indenização adicional	(.....%)	R\$	
18 – indenização (rescisões sem justa causa)	(.....%)	R\$	
			Grupo “D”
19 – incidência dos encargos do Grupo “A” sobre os itens do Grupo “B”	(.....%)	R\$	
			Grupo “E”
20 – incidência dos encargos do Grupo “A” exceto o item 06, sobre os itens 16 e 17	(.....%)	R\$	
VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS			
R\$	(.....%)		
VALOR DA MÃO-DE –OBRA (Remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)			
R\$	()	

IV – INSUMOS*:

01 – uniforme	R\$
02 – material de limpeza/equipamentos**	R\$
03 – vale alimentação	R\$
04 – vale transporte	R\$
(Deduzir parcela do empregado)	R\$ ()
05 – manutenção e depreciação de equipamentos	R\$
06 – treinamento e/ou reciclagem de pessoal	R\$
07 – seguro de vida em grupo	R\$
08 – outros (especificar)	R\$

*A inclusão destes itens na composição dos Insumos dependerá das peculiaridades de cada contrato e do Acordo , Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

VALOR DOS INSUMOS – R\$

Sobre a composição dos Insumos incidirá o mesmo percentual da Reserva Técnica.

V – DEMAIS COMPONENTES

01 – despesas Administrativas/Operacionais (.....%)
R\$ ()

02 – Lucro (.....%)
R\$ ()

VALOR DOS DEMAIS COMPONENTES (01 + 02)

R\$ ()

VI – TRIBUTOS (ISSQN + COFINS + PIS + C.SOCIAL + IRPJ + outros) (.....%)

a) $\frac{\text{TRIBUTOS}(\%)}{100} = T_0$

b) $(\text{Mão-de-obra} + \text{Insumos} + \text{Demais componentes}) = P_0$

c) $P_0 / (1 - T_0) = P_1$

VALOR DOS TRIBUTOS (P1 – P0) = R\$

VII – PREÇO HOMEM-MÊS (Mão-de-Obra + Insumos + Demais Componentes + Tributos)

Obs.: Para inserção no Anexo III-B

R\$ ()

II – VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$

(valor mensal dos serviços x nº de meses de execução contratual)

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS
DE LOCAÇÃO DE CARRO**

Processo de Compras nºRJ-2008-2935

Pregão eletrônico Nº05/08

Fica a critério da Licitante ganhadora o modelo de apresentação de planilha de formação de custos, ressaltando que a mesma será utilizada para possíveis pedidos de reajuste após o 1º ano.

- 1) Os itens integrantes da Planilha de Custos e Formação de Preços não são critérios de adjudicação do certame licitatório. Estes itens integram a composição de preços, instrumentalizando a Administração quanto à formação do valor dos serviços a serem contratados.
- 2) Custos diretos referem-se aos custos necessários à disponibilização dos serviços que serão prestados e representam todo o gasto envolvido na execução do serviço, perfeitamente caracterizado, identificado e quantificado de forma a poder ser diretamente apropriado, como custo de fase específica do serviço.
- 3) Para efeito de cálculo, integram o custo direto: a mão-de-obra (remuneração, reserva técnica, encargos sociais), bem como os insumos (uniformes, vale-alimentação, vale-transporte, seguro de vida, equipamentos, treinamento/reciclagem de pessoal, e demais benefícios que efetivamente forem oferecidos aos empregados).
- 4) As despesas administrativas/operacionais deverão incidir sobre o total da mão-de-obra+insumos e o percentual referente ao lucro, por sua vez, será aplicado sobre o total de mão-de-obra+insumos+despesas administrativas/operacionais.
- 5) Havendo, a suspeita de que o primeiro classificado no certame licitatório tenha apresentado preços inexequíveis, poderá a Administração, a qualquer momento, questionar os valores contidos nas rubricas constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme preconiza o § 3º, do Art. 43, da Lei n.º 8.666/93.
- 6) Ao preencher sua Planilha de Custos e Formação de Preços, a empresa o faz tendo em vista melhor informar à Administração quais são seus custos, assumindo desta forma total responsabilidade pelo ali contido, inclusive no tocante às falhas que porventura a mesma venha a apresentar. Diante disto, deverá a empresa contratada promover a correção das possíveis falhas existentes, adequando os demais itens constantes da planilha, de forma que o preço final não se altere, haja vista que foi em função deste que ela sagrou-se vencedora do certame licitatório.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III
PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-2935
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/08

DECLARAÇÃO

Declaro, para todos os fins legais, que não tenho em meus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme preceitua o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio de Janeiro, de 2008.

Carimbo e assinatura do representante legal da licitante

Razão Social da licitante e CNPJ

ANEXO IV

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-2935

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/08

ATESTADO DE VISTORIA

Atesto que o Sr. _____, portador da
carteira de identidade nº _____, emitido pelo _____, representando a
empresa _____ visitou as instalações que serão
submetidas aos serviços objetos do presente Pregão.

Rio de janeiro _____ de _____ de 2008.

representante CVM

ANEXO V

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2008-2935

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/08

PROJETO BÁSICO (TERMO DE REFERÊNCIA)

1. OBJETO

- 1.1- Prestação de serviços de motorista para transporte de servidores utilizando veículo de propriedade da CVM para a Sede da CVM no Rio de Janeiro.
- 1.2- Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículo com 2 (dois) motoristas para atender a Presidência da CVM no horário de 6:00 às 22 horas. O serviço será prestado na Sede da CVM no Rio de Janeiro, conforme especificações e quantidades a seguir definidas, que deverão ser rigorosamente obedecidos.
- 1.3- Prestação de serviços de motorista executivo à disposição da Superintendência Regional da CVM em Brasília, utilizando veículo executivo para transporte de servidores.

2. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1- Com relação ao subitem 1.1 e 1.2 acima, os motoristas designados pela CONTRATADA deverão se apresentar nas instalações da Sede da Comissão de Valores Mobiliários, localizada na Rua Sete de Setembro, 111, 32º andar, Centro, CEP 20159.900, Rio de Janeiro - RJ.
- 2.2- Com relação ao subitem 1.3 acima, o motorista executivo designado pela contratada deverá se apresentar nas instalações da Superintendência Regional da CVM em Brasília, localizada na SNC Quadra 2 Bloco A – Edifício Corporate Financial Center, conj. 4, 4º andar, Brasília, Distrito Federal.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Horário da prestação dos serviços:

- 3.1.1- Os serviços relacionados no subitem 1.2 serão prestados diariamente, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 6:00 às 15:00 horas pelo primeiro motorista e das 13:00 às 22:00 pelo segundo motorista. Cada motorista terá intervalo de uma hora de almoço e jantar respectivamente. Fica vedada a prestação dos serviços em dois turnos contíguos pelo mesmo motorista.

- 3.1.2- Em relação ao item 1.1, os serviços serão prestados diariamente, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 9:00 às 18:00 horas, com intervalo de almoço das 13:00 às 14:00 horas.
- 3.1.3- Relativamente ao item 1.3, os serviços serão prestados diariamente, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 9:00 às 18:00 horas, com intervalo de almoço das 13:00 às 14:00 horas.

3.2- Características Gerais:

- 3.2.1- Com relação aos subitens 1.1 e 1.3, os veículos utilizados para a prestação dos serviços estarão disponíveis no local da prestação. a CVM disponibilizará uma vaga de garagem, sem ônus para a contratada, não se responsabilizando, contudo, por quaisquer ocorrências (danos, furtos, etc.) relativas ao veículo enquanto lá permanecer.
- 3.2.2- Com relação ao subitem 1.2, o veículo locado deverá permanecer na garagem das dependências da CVM, de segunda a domingo, só vindo a ser retirado pela contratada para realização de manutenções preventivas e corretivas combinadas previamente com o fiscal do contrato.

3.3- MÃO-DE-OBRA:

- 3.3.1- Deverá ser utilizada mão-de-obra especializada, devidamente habilitada, sendo que será exigida Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de categoria mínima “C”.

4. UNIFORMES

- 4.2- Os motoristas designados para prestação dos serviços deverão apresentar-se, obrigatoriamente, trajando terno e gravata azul marinho, camisa social branca e sapato preto. No período de outono/inverno, deverão ser consideradas vestimentas adequadas, mantendo-se o padrão aqui exigido;
- 4.3- Os uniformes acima descritos deverão ser providos pela contratada nas seguintes quantidades mínimas por motorista: 02(dois) para o período primavera/verão e 02 (dois) para o período outono/inverno;
- 4.4- O motorista designado para dirigir o veículo terá vínculo empregatício, única e exclusivamente com a contratada, que será também a responsável pelo pagamento do salário e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor;
- 4.5- Caso julgue necessário, a CVM poderá exigir a troca do motorista designado pela contratada para a prestação dos serviços sem nenhum ônus para a CVM;

5. DO VEÍCULO

- 5.1- Todos os gastos de manutenção com o veículo locado, incluindo substituição/reparo de pneus, troca de óleo, pastilhas de freio, limpeza externa e interna do veículo, entre outros, serão de responsabilidade exclusiva da contratada, cabendo à CVM somente o ônus do combustível.

- 5.2- As despesas com combustíveis correrão por conta da CVM. Para tanto, a contratada deverá entregar o veículo locado com o tanque de combustível completo, sempre no início de um período de prestação de serviços, para que o mesmo seja devolvido pela CVM, ao final do mencionado período, também com o tanque de combustível completo. O período de prestação considerado para o abastecimento de combustível poderá ser diário ou qualquer outro a ser definido pela contratada, de acordo com a sua conveniência.
- 5.3- Os tributos (impostos, taxas, contribuições, etc.) incidentes sobre o veículo locado, bem como a contratação do seguro para o mesmo serão de inteira responsabilidade da contratada.
- 5.4- A contratada deverá responsabilizar-se por eventuais infrações e multas de trânsito decorrentes da prestação dos serviços, tenham sido elas originadas durante a utilização do veículo de propriedade da CVM ou do veículo locado.

6. DAS CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO LOCADO

- 6.1- Veículo de fabricação nacional, com as seguintes características mínimas:
 - Potência líquida de 120 CV, 1.800 cilindradas, bicombustível;
 - Distância entre eixos: 2.600mm;
 - Capacidade de transporte para 01 (um) motorista e 4 (quatro) passageiros. Total 5 (cinco) pessoas;
 - Porta malas (capacidade normal) de 460 litros;
 - Carga útil de 500 Kg;
 - Cor de pintura: preta ou cinza escura;
 - Tipo sedan, 04 (quatro) portas;
 - Direção hidráulica;
 - Ar-condicionado;
 - Rádio AM-FM.
- 6.2- O veículo deverá ser equipado com todos os acessórios e itens de segurança exigidos Por Lei.
- 6.3- O veículo deverá ser substituído sempre que um dos limites abaixo estabelecido seja atingido (o que ocorrer primeiro):
 - 6.3.1- 02 (dois) anos de uso a contar do ano de fabricação; ou
 - 6.3.2- 60.000Km rodados (total).
- 6.4- O veículo deverá ser identificado, com afixação, nas portas dianteiras, de um retângulo de 450x220 mm na cor amarelo ouro ou similar (adesivo com manta magnética), posicionado abaixo das janelas dentro do qual deverá conter as expressões “A SERVIÇO DO GOVERNO FEDERAL”, sigla da CVM e “USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO”, conforme disposto na Instrução Normativa nº 1, de 21 de junho de 2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, artigo 12, §1º.

7. OBSERVAÇÕES GERAIS

- 7.1- A contratada deverá segurar seu pessoal alocado ao instrumento contratual contra os riscos de acidentes do trabalho;
- 7.2- Além do cumprimento de toda a legislação pertinente, os motoristas deverão se submeter semestralmente, por conta da contratada, à inspeção médica (exames

- clínicos completos, incluindo avaliação cardiológica e neurológica), a fim de assegurar o pleno exercício da função;
- 7.3- A CVM não dispõe de estrutura de refeitório, portanto, a contratada deverá prover os recursos adequados quanto à alimentação de seus funcionários.

8. VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

O valor mensal estimado para a prestação dos serviços é de R\$2.233,34(dois mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos), perfazendo o total anual de R\$ 26.800,08 (vinte e seis mil, oitocentos reais e oito centavos) para o item 01, R\$ 7.223,38 (sete mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos), perfazendo o total anual de R\$ 86.680,56 (oitenta e seis mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos) para o item 2 e R\$2.530,74 (dois mil, quinhentos e trinta reais e setenta e quatro centavos), perfazendo o total anual de R\$30.368,88 (trinta mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos) para o item 3. O valor estimado total geral da contratação é de R\$ 225.262,48 (duzentos e vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos) anuais.